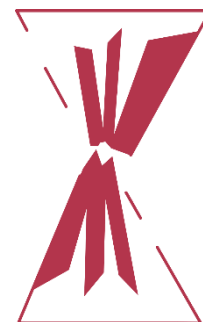



## ***A construção das paisagens toponímicas na cartografia luso-brasileira: 1750-1790***

***Place names and landscape in the luso-brazilian cartography: 1750-1790***



LIMA, Eduarda Fernandes \*

 <https://orcid.org/0000-0002-0412-5957>

**RESUMO:** O século XVIII é marcado por uma renovação científica pautada pelos princípios da razão ilustrada e de seus desdobramentos no âmbito dos impérios ibéricos. Esta pesquisa se concentra na análise de fontes resultantes das viagens filosóficas e das expedições militares promovidas pela Coroa portuguesa no contexto das demarcações dos tratados luso-hispânicos na segunda metade do século XVIII. Tais experiências inauguram novos métodos e técnicas científicas como parte dos projetos políticos coloniais que visavam o aproveitamento de riquezas naturais e controle direto dos domínios territoriais. A pesquisa tem como objetivo compreender como a cartografia setecentista, produzida na ocasião da demarcação de fronteiras entre os impérios ibéricos na América do Sul tem influência na construção de novas identidades baseadas no espaço geográfico e na paisagem (1750/1790).

**ABSTRACT:** The 18th century is marked by the enlightenment scientific renovation and its developments under the iberian empires. This paper focuses on the analysis of sources resulting from ‘viagens filosóficas’ [in english: philosophical voyages] and military expeditions promoted by the Portuguese Crown in the context of the demarcations of the luso-hispanic treaties in the eighteenth century. Such experiences inaugurate new scientific methods and techniques as part of the colonial political projects aimed at harnessing natural wealth and directly controlling territorial domains. This paper aims to understand how the 18th century cartography produced at the time of the demarcation of borders between the Iberian Empires in South America has influenced the construction of new identities based in the geographic space and in the landscape (1750-1790).

**PALAVRAS-CHAVE:** Cartografia; Fronteiras; Toponímia;

**KEYWORDS:** Cartography; Borders; Toponymy;

*Recebido em: 20/07/2023  
Aprovado em: 30/08/2023*

\* Graduanda em História pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP. Bolsista PIBIC-CNPq entre 2020-2021. E-mail: [eduardalima222@usp.br](mailto:eduardalima222@usp.br)



## Introdução

O Tratado de Madri (1750) tem importância fundamental para a formação territorial do Brasil. Assinado no contexto Ilustrado, o estudo do documento mencionado bem como toda a produção cartográfica associada a ele nos permite compreender de que formas o espaço torna-se parte da narrativa colonial imposta pela coroa portuguesa. Assim, a presente pesquisa centra-se na cartografia produzida no contexto das expedições demarcadoras pós-1750<sup>1</sup>, conjuntura importante no processo de apropriação do espaço sul-americano, por intermédio da cartografia. Como principais fontes, foram utilizados os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), bem como o “Diário da viagem do Dr. Francisco Jose de Lacerda e Almeida pelas capitânicas do Para, Rio Negro, Matto-Grosso, Cuyaba, e S. Paulo, nos annos de 1780 a 1790” e análise de documentação cartográfica, iniciada com a transcrição e catalogação de topônimos presentes na *Carta Reduzida da Parte Meridional do Oceano Atlantico ou Occidental* (1802), do português José Fernandes Portugal, foi continuada e trabalhou-se da mesma forma com um dos mapas do desenhista e cartógrafo José Joaquim Freire, resultado da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). Dentro desta documentação, deu-se ênfase à busca por permanências e mudanças na informação toponímica e outras marcas de “ocidentalização” na região Norte do território brasileiro.

Considerando o processo a necessidade de formalização interestatal da posse dos domínios na América do Sul, a pesquisa procurou acompanhar a implantação da rede urbana nas fronteiras entre os impérios, a transformação dos topônimos e o recurso ao conceito jurídico de *uti possidetis*. A Coroa portuguesa apropria-se do espaço interior do continente, sobretudo com interesse nos metais preciosos presentes nas minas na região do Mato Grosso (fluxo de mercadorias e escravizados). No período anterior à assinatura do Tratado de Madrid há uma série de esforços por parte de Portugal para conhecer, ocupar e tornar legítima, sobretudo perante o Império espanhol, a posse das terras na região das minas no interior da América do Sul.

Nesse sentido, a delimitação de fronteiras não tem caráter puramente geográfico ou diplomático, mas também é influenciada por uma série de outros fatores. A partir das viagens filosóficas e expedições demarcadoras, o governo toma conhecimento das regiões a serem exploradas, suas riquezas, sua fauna e flora, seus habitantes. Com as terras mapeadas, há todo um processo de ocupação e reorganização espacial, com a inserção de elementos coloniais que até então estavam fixados no litoral. Com isso,

---

<sup>1</sup> O recorte inicial da pesquisa começaria com o Tratado de Madri (1750) e se estenderia até a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro (1808). Por conta da pandemia e da maior dificuldade para acessar arquivos e solicitar documentos, optou-se pela redução do recorte temporal.

torna-se possível compreender o processo de formação do território brasileiro a partir de relatos de viagem, da toponímia e da urbanística e através desses elementos apreender a narrativa imposta pela Coroa lusitana, que buscava incorporar as terras do interior da colônia à lógica Ocidental, fundando cidades, renomeando os lugares e, assim, territorializando<sup>2</sup> o espaço sul-americano. Com a análise da documentação cartográfica tem-se acesso a uma série de representações de um espaço construído com o objetivo de legitimar os interesses metropolitanos. A partir disso, teve-se como objetivo usar a cartografia como fonte para entender como a Coroa portuguesa constrói identidades para a colônia a partir da territorialização. A presente pesquisa visou uma análise conjunta desses elementos, pensando a Ciência Ilustrada como aliada do processo colonizador português e visando analisar e compreender os discursos imperiais metropolitanos através do espaço. Sendo a Cartografia uma representação espacial carregada de ideologia e intenções, a produção cartográfica setecentista é objeto chave para a compreensão do processo colonial português.

### **A Geografia e o Império: breve análise da produção cartográfica no XVIII**

Com o início do processo de expansão ultramarina no século XV, a Cartografia adquire múltiplos papéis, todos essenciais. A produção de mapas na modernidade não serve apenas para indicar as rotas de navegação para o Oriente e o Novo Mundo, mas para legitimar a posse das terras conquistadas e por conquistar. Percebemos, com o passar do tempo, como os mapas portugueses do além-mar mudam de foco. A princípio, entre os séculos XV e XVI, a cartografia tem como objetivo a documentação de rotas marítimas para o Oriente e também para a América. Com o processo de conquista e primeiros momentos da implementação de um aparelho colonial no Novo Mundo, os mapas visam consolidar a posse de tais territórios. A cartografia acerca das regiões do Oriente é distinta da produção centrada no território sul-americano, uma vez que os portugueses têm objetivos distintos em cada parte do mundo. Dessa forma, pode-se pensar em diferentes cartografias portuguesas com os mais diversos fins, que variam de acordo com o tempo e com espaço.

No Novo Mundo os mapas têm um poder ainda maior. Se estes são instrumentos de colonização por natureza, quando os ibéricos chegam às Américas, até então desconhecidas pela Europa, a cartografia tem seu poder de construção de narrativa ampliado e o mito da chamada “Ilha Brasil” é um exemplo disso. Pela colonização ser inicialmente litorânea, o interior do território permanece desconhecido até meados do

---

<sup>2</sup> Aqui pensamos o processo de apropriação do espaço sul-americano a partir de Claude Raffestin (1993), que coloca o território como produto da ação de um ator (neste caso, Portugal) sobre o espaço.

século XVIII (Kantor, 2007, p. 74), o que deixa em aberto a possibilidade de insularidade do território brasileiro. É com a invasão holandesa no século XVII que “um novo impulso foi dado à cartografia terrestre e ao mapeamento *in loco* do interior dos sertões brasílicos” (Kantor, 2007, p. 76). Nesse contexto, observa-se o caráter de dominação da cartografia, que serve para a defesa e manutenção dos territórios americanos de Portugal. Segundo Claude Raffestin (1993, p. 143),

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

Assim, pode-se dizer que o ato de mapeamento das terras é uma forma de a metrópole territorializar a América, tornando-a parte do Império. Na obra *Cultura e Imperialismo*, Edward Said (2011, p. 39) dirá que

Tudo na história humana tem suas raízes na terra, o que significa que devemos pensar sobre a habitação, mas significa também que as pessoas pensaram em ter mais territórios, e portanto, precisaram fazer algo em relação aos habitantes nativos. Num nível muito básico, o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros.

A presente pesquisa, tendo como objetivo a compreensão das “ideologias geográficas” impostas pelo Estado português ao espaço americano, busca evidências dessa construção de narrativas espaciais através da documentação cartográfica e em outros aspectos de apropriação do espaço, como urbanização e a sua reorganização. Em um primeiro momento, são realizadas expedições, compostas por engenheiros militares, astrônomos, matemáticos, naturalistas e desenhadores, que visavam o reconhecimento do território e também a demarcação de fronteiras. As comitivas eram compostas por homens de ciência das Coroas espanhola e portuguesa, e haviam partidas para várias regiões da colônia, nem todas com o único objetivo de demarcar limites territoriais.

Indissociáveis do período, as viagens têm forte caráter ilustrado, servindo também para ter conhecimento dos aspectos naturais da América. Com a valorização do fazer científico que marca o período da Ilustração, busca-se conhecer os aspectos naturais das nações, visando matérias-primas úteis para a alimentação, medicina e indústria. Tendo como precursor o naturalista sueco Linnaeus, as viagens filosóficas tornam-se também um meio para as metrópoles conhecerem seus domínios coloniais e, com as reformas de caráter ilustrado empreendidas pelo Marquês de Pombal, Portugal

entra no circuito científico europeu. Domenico Vandelli é um dos nomes centrais da Ilustração portuguesa e em meados da década de noventa do século XVIII escreve sua *Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino e depois nos seus domínios*, onde defende a importância de uma viagem para reconhecimento das potencialidades naturais. Segundo Vandelli (2003), a prosperidade da nação estaria diretamente ligada ao resultado de suas atividades produtivas (agricultura, artes e afins). Conhecer as riquezas naturais do império levaria à sofisticação das técnicas e, conseqüentemente, à prosperidade. Com a descoberta de metais preciosos no interior do país, a necessidade de controle sobre a região torna-se ainda mais presente nas políticas ultramarinas portuguesas.

Após o momento de reconhecimento e mapeamento dos espaços ainda não inseridos no território colonial, o governo metropolitano se encarrega de designar governadores e demais funcionários, fundando vilas nas regiões de interesse, pensando na legitimidade da posse a partir da ocupação, uma vez que “o processo de demarcação das fronteiras entre portugueses e espanhóis exigiu a expansão das estruturas administrativas (tanto civis como eclesiásticas) no território”.(Kantor, 2006, p. 29). Dessa forma, não apenas há um controle mais firme da metrópole sobre as regiões auríferas mas também uma maior ocupação do território, possibilitando que, caso houvesse contestação por parte da Coroa espanhola, os portugueses alegassem o uso efetivo da terra como prerrogativa para mantê-la o conceito jurídico do *uti possidetis*.

O *Directorio dos Índios* (1758), documento marcante do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, também tem influência na apropriação do espaço americano pela Coroa portuguesa. Ao transformar os povos nativos em súditos do rei de Portugal, o conceito de *uti possidetis* torna-se novamente legítimo, uma vez que as terras pretendidas estão ocupadas não mais por “gentios selvagens”, mas por nativos subordinados a Portugal. Nesse sentido, há uma ocupação legítima do território por parte de Portugal, mesmo que não por colonos portugueses.

### **As expedições de demarcação e a apropriação do interior: uti possidetis e a toponímia**

Antes de qualquer acordo entre as Coroas são realizadas várias expedições com os mais diversos fins e esse interesse de reconhecimento se manifesta primeiramente na coroa portuguesa, que inicia sua renovação científica bem antes dos espanhóis. Há nesse período de renascimento da cartografia portuguesa uma vasta produção de cartas geográficas terrestres, bem como levantamentos topográficos e observações astronômicas, centrais para a demarcação e consolidação das fronteiras do Brasil. Nesse

sentido, pode-se notar influência e desdobramentos do contexto científico europeu no ultramar.

As viagens eram longas e complexas. Nem todas contavam com a quantidade de homens necessária ou sequer eram bem-sucedidas, uma vez que podiam entrar em conflito com povos nativos, contrair doenças ou perderem notas de campo devido a intempéries. Em geral, as comitivas eram compostas por portugueses, mas há relatos e documentação de viagens que contavam com indígenas e africanos como guias, uma vez que tinham maior conhecimento do terreno.

A capacidade de atração dos guias indígenas para servir as expedições foi fator decisivo no reconhecimento dos cursos dos rios. Igualmente foi crucial o papel de alguns escravos africanos que fugiram de Belém quando trabalhavam nos armazéns da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão (Bueno; Kantor, 2014, p. 248).

As expedições também poderiam ter mais ou menos recursos de acordo com o período em que são realizadas e isso influencia o sucesso de uma determinada partida. Há relatos de expedições cujos integrantes eram em sua maioria portugueses que favoreceram a Coroa lusa, bem como partidas com mais espanhóis que levaram em conta os interesses castelhanos em detrimento dos portugueses. Percebemos, portanto, a ausência de neutralidade das expedições e suas influências na escrita dos tratados de fronteiras. Com a leitura dos relatos de viagem pode-se perceber como as viagens interferem na formação de fronteiras, seja pela ausência de um estudioso de uma área específica ou por uma intervenção em favor de um dos lados durante o trajeto. Assim, nota-se a importância de pensar essas expedições como parte fundamental dos estudos sobre delimitações de fronteiras. Nos relatos e documentos acerca dessas pode-se encontrar controvérsias que não estariam nos mapas ou nos tratados. Essa documentação é, portanto, fundamental para uma compreensão maior de como se dá o processo de delimitação de fronteiras e territorialização do espaço geográfico.

O conceito jurídico do “*uti possidetis*” foi de grande importância para o sucesso da expansão portuguesa para o interior do continente além da linha de Tordesilhas. O princípio do direito internacional que prevalece no Tratado de Madri respeita a posse do território por quem o ocupa de fato. Assim, a ocupação dos espaços era essencial para uma dominação completa de Portugal sobre a América. Mais que garantir o controle de metais preciosos, essa “marcha para o Oeste” que marca o século XVIII também significa a chegada do aparato colonial ao centro do continente sul-americano. Na obra *Novas Vilas para o Brasil colônia*, Roberta Delson (1998, p. 9) afirma

No final do século XVII foi descoberto ouro no interior acidentado a oeste da província do Rio de Janeiro. Esse acontecimento acarretou a avaliação do potencial da colônia por parte de Portugal e mostrou claramente que o governo precisava agir com presteza para garantir o controle imediato do rico território interiorano. As terras do sertão não podiam mais ficar sem supervisão, e os administradores, cientes disso, logo estabeleceram as primeiras medidas de um programa legislativo para redefinir os direitos sobre a terra e, ao mesmo tempo, estender a autoridade real.

Esse planejamento urbano no interior do território, portanto, não se dá de forma aleatória. Assim como a Cartografia não está isenta de interesses políticos, o processo de urbanização da colônia também não está. Delson (1998, p. 4) ainda argumenta contra o mito das “povoações espontâneas”, que coloca o processo de urbanização do Brasil como isento de planejamento:

Seguindo os garimpeiros e caçadores de tesouros, a Coroa portuguesa ia estabelecendo a sua autoridade por meio de um sistema de comunidades criteriosamente planejadas construídas em regiões remotas. Influenciados pela descoberta de ouro na década de 1690 e diretamente ameaçados, os administradores metropolitanos buscaram ansiosamente os meios de ampliar o seu sistema racional de distribuição de terras, combinado com a construção supervisionada de vilas, constituiu o processo pelo qual o interior podia ser protegido contra um crescimento independente e descontrolado.

Como previamente mencionado, esse processo de urbanização do interior do território implica na reorganização do espaço, que se torna cada vez mais “ocidentalizado” e na implantação de estruturas administrativas coloniais em ambientes até então distantes do poder régio. Assim, o domínio colonial português se estende cada vez mais em regiões até então “selvagens”.

A apropriação desses espaços não se dá unicamente no plano prático, mas também no âmbito ideológico. Como explicitado na obra do geógrafo britânico John Brian Harley (2005), a cartografia tem em si elementos culturais, ideológicos que trazem consigo discursos e narrativas implícitos. Com a análise da produção cartográfica setecentista lusa sobre o Brasil, temos acesso a uma série de representações do espaço brasileiro que servem para a construção de uma paisagem favorável aos interesses portugueses. Dentro da cartografia, a toponímia traz consigo muitas dessas ideologias e narrativas.

Um aspecto interessante da construção da paisagem toponímica no Brasil colonial é que devido aos múltiplos agentes coloniais (padres jesuítas, fazendeiros, naturalistas) de diferentes nacionalidades, um lugar pode ter mais de um nome, principalmente considerando a toponímia nativa. Dentre as passagens do diário de Lacerda e Almeida,



encontram-se trechos em que o viajante menciona que um único local possui dois ou mais topônimos devido a ocupações hispânicas ou holandesas. A partir desses exemplos, podemos notar a complexidade da toponímia colonial e como esta não é algo estático, mas passível de constante transformação, além de conter em si múltiplos significados.

Ainda partindo do relato de Lacerda e Almeida, percebe-se como há uma espécie de divisão entre os topônimos, com um caráter quase que de oposição. Enquanto elementos naturais da paisagem são, em sua maioria, nomeados em línguas indígenas, o que lhes atribui um caráter mais nativo, orgânico, as fortificações e cidades fundadas pelos colonos têm topônimos que remetem à metrópole e à cristandade. A partir dessa reorganização espacial e nomeação dos lugares percebe-se uma primeira intervenção dos europeus na América. Nas traduções mencionadas no diário percebemos que muitos dos nomes indígenas se referem a elementos da própria natureza ou até mesmo elementos dos próprios povos. Numa determinada passagem, por exemplo, o viajante menciona o rio ‘Camapuam-guassú’ e a Fazenda Camapuam, e, numa nota, explica que “Camapuam, na linguagem dos índios quer dizer bico do peito. N’esta paragem estão dous montes um defronte do outro, que vistos de longe parecem dous peitos de uma mulher” (Almeida, 1841, p. 30). Os topônimos dos colonos, apesar de trazerem, em sua maioria, elementos cristãos e metropolitanos, também nomeiam os lugares partindo de características das paisagens e dos povos que ali habitam.

Com a catalogação dos topônimos percebem-se padrões na nomenclatura dos lugares no Brasil, que mescla palavras de origem indígena e elementos cristãos europeus, bem como eventualmente referências à geografia do local ou a eventos históricos, além de homenagens a personagens históricos. A toponímia tem grande importância para a posse das colônias, servindo para justificar a presença da metrópole naquela região. Topônimos lusitanos, por exemplo, tornariam legítimo o direito dos portugueses a determinados territórios mesmo que estes fossem, em tese, pertencentes à Coroa espanhola e vice-versa. Esse foi um artifício utilizado durante o processo de confecção dos tratados entre os impérios ibéricos. Além de legitimar a posse, a toponímia também é fundamental para a criação de uma narrativa para o Brasil, preocupação que surge com a vinda da corte de Dom João VI para a América e a consequente elevação a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (Kantor, 2009).

Uma quantidade considerável dos topônimos do período em que a presente pesquisa se concentra se mantiveram até a contemporaneidade e, dentre eles, podemos encontrar referências à Geografia local (Minas Gerais, Cabo Frio); homenagens hagiográficas (São Vicente, Santa Catarina, este mudando apenas a grafia) ou cristãs em geral (Belém). Há ainda muitos topônimos em idiomas autóctones, provavelmente



datados de momentos anteriores à chegada dos portugueses à América, sobretudo em regiões mais afastadas do litoral. Nos relatos da viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida (1841) percebe-se topônimos de origem portuguesa, sobretudo de homenagem hagiográfica (“Povoado de São José”, por exemplo), em cidades e fortes, enquanto os nomes de rios, serras e ilhas normalmente têm origem indígena (“Ilha Perurupany”, “rio Okuimanû”, “Ilha Paya-Picá”, por exemplo). Pode-se pensar isso como um aspecto da dominação lusitana, que constrói povoados e fortificações para controlar as terras e tornar legítimo esse controle, enquanto os elementos geográficos da paisagem, que não significam tanto para essa dominação, podendo permanecer com toponímia autóctone.

Segundo Íris Kantor (2009, p. 40), o ato de nomear o espaço tem grande importância geopolítica:

Desde a antiguidade, os cerimoniais de posse incluíam o estabelecimento de uma nova toponímia a cada nova conquista. Igualmente no Novo Mundo, os conquistadores e as coroas outorgavam-se o direito de nomear as terras descobertas, invocando o princípio romano da *res nullius*: terras não ocupadas não constituíam direito de propriedade, assim como novos territórios ou ilhas deviam pertencer aos seus primeiros ocupantes. Após a Paz de Westfália (1648) - que pôs fim a Guerra dos Trinta Anos e garantiu a Independência das Províncias Unidas -, as reivindicações de posse de novas regiões passaram cada vez mais a exigir a apresentação de descrições geográficas e documentação cartográfica. Nesse aspecto, os mais hábeis em fixar topônimos nos mapas impressos teriam sido os holandeses, com a finalidade de manifestar a posse de um novo domínio.

Nesse sentido, ao renomear as terras americanas o governo português não apenas impõe uma narrativa imperial aos colonos do Novo Mundo, mas também torna legítimas suas posses territoriais na América perante as outras nações europeias, cujo interesse no Brasil é perceptível através da série de invasões empreendidas por franceses e holandeses ao território brasileiro. Além disso, no ato de demarcação de fronteiras essa toponímia também impõe à corte castelhana a validade das posses portuguesas no interior da América do Sul.

### **Construindo o território brasileiro: apropriações e narrativas**

Durante todo o período colonial há um esforço por parte da Coroa portuguesa de “territorializar” o espaço sul-americano. A dominação metropolitana necessita de uma série de fatores para ser efetiva, que funcionam em conjunto: a metrópole necessita da cartografia, para representar um território colonizado perante outras potências em expansão; assim como necessita de representantes na colônia para assegurar a posse, uma vez que esta depende da ocupação efetiva do território pretendido; um aparato

colonial jurídico-administrativo ainda que fundamental não basta para o controle da colônia. Em suma, é preciso que haja um amplo conhecimento dos territórios ultramarinos para controlá-los não apenas no âmbito prático, mas sobretudo no que diz respeito à ideologia. Retomando Edward Said (2011, p. 43),

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento ligadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como “raças servis” ou “inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão” e “autoridade”.

Assim sendo, é preciso uma narrativa que justifique a colonização, bem como as medidas para que esta seja bem-sucedida. Na presente pesquisa, teve-se como objetivo compreender como a territorialização do espaço ultramarino português é feita de forma a legitimar o domínio metropolitano.

O processo de reconhecer, mapear, renomear e urbanizar o interior da colônia é o meio como o governo português visa converter esses espaços em território português. A fundação de vilas e cidades, a implementação de instituições coloniais e a imposição de topônimos ibéricos não se dá de forma orgânica. Há uma visível dedicação por parte de Portugal para “ocidentalizar” um interior ainda distante do que se considerava moderno e civilizado. Essa é mais uma evidência do caráter ideológico que permeia a cartografia portuguesa sobre o Brasil do setecentos: o forte viés científico da demarcação é comprometido pelos interesses coloniais. Seguindo a conceituação de “espaço” e “território” proposta por Claude Raffestin (1993)<sup>3</sup>, é no século XVIII que a Coroa portuguesa se dedica efetivamente para tornar o espaço colonial parte do território imperial.

Com a urbanização do interior, as várias formas de vida dos povos originários são desestabilizadas para a inserção de uma lógica ocidental na colônia. Além de mecanismo de controle, o processo de urbanização também é um compromisso da agenda ilustrada do XVIII: a barbárie deve ser combatida, encerrada, e a razão moderna deve prevalecer.

---

<sup>3</sup> Segundo o geógrafo suíço, “O espaço é, portanto, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto.”

## Considerações finais

A Geografia é, inegavelmente, uma das principais armas do processo de expansão e conquista do Novo Mundo. As inovações nas técnicas de produção cartográfica possibilitam, no início do século XV, a expansão ultramarina portuguesa e durante todo o período colonial a cartografia é utilizada como instrumento de dominação por parte dos ibéricos. Fundamentais para representar um território idealizado, legitimar conquista e posse e ressignificar toda a geografia sul-americana, os mapas são usados para construir uma narrativa para o Império Português do Novo Mundo.

Assim sendo, desde atos simbólicos como nomear um local em homenagem a um governador ou santo católico até atos mais visivelmente associados ao processo colonialista como a fundação de cidades e instalação de aparatos de dominação e controle fazem parte dessa territorialização de um espaço que até então possuía geografias distintas deste conceito ocidental. Nesse sentido, é impossível não pensar as viagens de demarcação, os mapas e tratados que substituem a divisão de Tordesilhas como fundamentais não apenas para a definição das fronteiras brasileiras, mas também para a compreensão das dinâmicas regionais do país, em que as influências do período colonial ressoam de formas distintas até a atualidade.

Os mapas luso-brasileiros do setecentos são armas coloniais tão essenciais quanto a fundação de feitorias e a nomeação de governadores gerais. É através dessas representações do espaço que a metrópole idealiza e inventa um território colonial que é construído com os tratados de limites do século XVIII, com a urbanização da região centro-oeste, com os topônimos cristãos e ibéricos que se mesclam aos de origem indígena. A cada mapa o espaço é mais e mais apropriado pela coroa portuguesa, que o representa seguindo seus próprios critérios e interesses. Nesse sentido, pode-se afirmar que a cartografia luso-brasileira do século XVIII é fundamental para a construção de uma história territorial do Brasil, que ocidentaliza a geografia de forma a inventar um Novo Mundo à moda europeia.

## Fontes

ALMEIDA, Francisco Jose de Lacerda e. *Diario da viagem do Dr. Francisco Jose de Lacerda e Almeida pelas capitancias do Para, Rio Negro, Matto-Grosso, Cuyaba, e S. Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. de Costa Silveira, 1841.

Tratado de limites das conquistas entre os muito altos, e poderosos senhores D. João V rey de Portugal, D. Fernando VI rey de Espanha, pelo qual abolida a demarcação da linha meridiana, ajustada no Tratado de Tordesillas de 7 de Junho de 1494, se determina individualmente a raya dos dominios de huma e outra corôa na America Meridional. A de Portugal renuncia o direito, que allegava ter às Ilhas Filippinas, pelo dito Tratado de

Tordesillas, e pela escriptura de Saragoça de 22 de Abril de 1529, e cede a Espanha a colonia do sacramento, e o territorio da margem septentrional do Rio da Prata, que lhe pertencia pelo Tratado de Utrecht de 6 de Fevereiro de 1715, como tambem a Aldea de S. Christovão, e terras adjacentes, que tinhaõ occupado os portuguezes entre os Rios Japurá, e Isa, que desaguaõ no das Amazonas. A de Espanha renuncia todo o direito, que pelo dito Tratado de Tordesillas allegava ter às terras possuidas pelos portuguezes na America Meridional ao Occidente da Linha Meridiana, ajustada naquelle tratado, e cede a Portugal todas as terras, e povoações na margem Oriental do Rio Uruguay, desde o Rio Ibicui para o Norte, e a Aldea de Santa Rosa, e outra qualquer estabelecida pelos espanhoes na margem Oriental do Rio Guaporé. Com os plenos poderes, e ratificações dos dous monarchas, assignado em Madrid a 13 de Janeiro de 1750. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/35490> Acesso em: 28 maio 2021.

OFÍCIO (extrato) sobre a demarcação dos limites dos domínios espanhóis e portugueses na América, em conformidade com o tratado de 1º de outubro de 1777, designando-se os acidentes geográficos a servirem de marcos para a 1ª, 2ª e 3ª divisões, mencionando os respectivos artigos daquele tratado. Projeto Resgate Barão do Rio Branco - Colônia do Sacramento e Rio da Prata (1618-1826), AHU\_ACL\_CU\_059, Cx. 3, D.207. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=012\\_CSRP&pagfis=1812](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=012_CSRP&pagfis=1812). Acesso em: 28 maio 2023.

PORTUGAL, José Fernandes. Carta reduzida da parte Meridional do Oceano Atlântico ou Occidental desde o Equador athe 38º-20' de latitude / Dedicada a S. A. R. O Principe Regente Nosso Senhor, por Jozé Fernandes Portugal; Theotonio Jozé de Carvalho fez, em Lisboa em 1802. - Escala [ca 1:10000000 entre S\_ 13º - S\_23º], 180 Legoas Marinas de Dezoito ao Cráo = [11,15 cm]. - Lisboa: [s.n.], 1802. - 1 mapa: gravura, p&b ; 67,30x84,50 cm em folha de 68,20x88,50 cm  
Cota do exemplar digitalizado: cc-915-r

MAPA dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional... 1749. 1 mapa ms, col, 60 x 54cm. em f. 70 x 64. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart1004807/cart1004807.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.pdf). Acesso em: 28 ago 2023.

## Referências

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. KANTOR, Iris. A outra face das expedições científico-demarcatórias na Amazônia: o coronel Francisco Requena y Herrera e a comitiva castelhana. In: OLIVEIRA, Francisco R. (Org.). *Cartógrafos para toda a Terra: produção e circulação do saber cartográfico ibero-americano: agentes e contextos*. 1. ed. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014, v. 1, p. 20-28.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Edições Alva, 1998.

HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas*. Ensayos sobre la historia de la cartografia. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 39-61, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5513>. Acesso em: 28 mai. 2023.

KANTOR, Iris. Legislação indigenista, reordenamento territorial e auto representação das elites (1759-1822). In: Koerner, Andrei. (Org.). *História da Justiça Penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo: IBCCRIM, 2006, p. 29-38.

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 70-80, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752007000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752007000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 mai. 2023.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

[VANDELLI, Domenico] Anónimo. Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois nos seus domínios. s.d. (1796), MS 17/41, série azul. In: *Memórias Económicas inéditas; (1780-1808)*, Lisboa, Acad. das Ciências, 1987.

VANDELLI, Domingos. Memória sobre a utilidade dos museus de história natural. In: CARDOSO, José Luis (coord.). *Memórias de História Natural: Domingos Vandelli*. Porto: Porto Editora, 2003, p. 59-65.